

Tutela do Silêncio *Saúde*

Os órgãos oficiais que tratam, no Brasil, de saúde pública, criaram o hábito, para eles muito cômodo e salutar, de ignorar doenças que irrompem em forma de surtos. No ano passado, o Ministério da Saúde insistiu em negar casos de malária em Goiás, como se esta enfermidade já houvesse sido expulsa daqui, ou estivesse sob o mais rigoroso controle.

Agora, acontece o mesmo com a meningite. Ela ocorre aqui e ali, em vários lugares, sem respeitar Estados mais ou menos prósperos. Constata-se o aumento de casos. Vê-se que há pessoas atacadas de meningite nos hospitais. Arma-se o noticiário como meio de advertência, para que as autoridades incumbidas da Saúde Pública se movimentem. Inútil. Em vez da ação pronta, temos o silêncio ou a negativa formal.

Esse tipo de comportamento, que se vem reiterando nos últimos anos, passa no país o recibo de sua desqualificação para conhecer as verdades mais elementares e poder, assim, enfrentá-las sem temor. Tem-se a impressão de que o país é tutelado como se fosse uma criança. Esta criança não está isenta de perigos, mas desde que tais perigos sejam invisíveis — isto é, não tenham existência oficialmente reconhecida — estará ressaltada a responsabilidade dos maiores.

Certas repartições públicas comprometidas com a assistência social chegam ao despudor de considerar alarmista o noticiário a respeito de alguns males. Os exemplos são numerosos. Viuse, recentemente, a Secretaria de Saúde carioca

negar, pura e simplesmente, a existência de um surto gripal na cidade, quando hospitais e casas de saúde recebiam grande número de pacientes e, em cada família, não havia praticamente uma pessoa que não estivesse atacada pela doença.

Qualquer perigo, seja próximo ou remoto, visível ou invisível, só pode ser combatido eficazmente através de uma rede de informações. Como prevenir doenças, ou orientar enfermos, se as autoridades admitem a infalibilidade do paraíso sanitário brasileiro? Pretende-se evitar o pânico desmoralizando a informação. E, com esta atitude, cria-se a expectativa para um pânico ainda maior, uma vez que, em relação a certas doenças graves, deixa-se de fornecer orientação médica, preventiva ou curativa.

Nesse caso, como em outros, o país fica subordinado a um estado de menoridade. Institucionaliza-se o mecanismo de temor. Sonham-se informações que deveriam circular livremente, a fim de estabelecer entre o grande público e as autoridades um regime de permanente consulta. Um jornalista inglês recorreu à expressão "ambiência invisível" para batizar o espaço vazio entre as bases e as cúpulas governantes. Esta ambiência é poluída pelo segredo sem justificativa. Sem uma rede de informações, que pressupõe o intercâmbio mutuamente favorável, não há como garantir defesas à comunidade, ainda mais porque a comunidade, sem saber ao certo o que se passa, sente-se insegura e exposta, assim, a todos os riscos.

21 JUL 1974

JORNAL DO BRASIL